



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7962 - Trabalho Completo - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 02 - História da Educação

A DISCIPLINA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO NAS REFORMAS EDUCACIONAIS (1996-2017): AS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE O TEMA

Juslei Teixeira Teles - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

A DISCIPLINA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO NAS REFORMAS EDUCACIONAIS (1996-2017): AS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE O TEMA

1 Introdução

O trabalho teve por objetivo apresentar resultados parciais da pesquisa em andamento sobre “a disciplina educação física no ensino médio”, realizado em curso de Mestrado em Educação. A pesquisa analisa como a disciplina Educação Física (EF) dirigida ao Ensino Médio (EM) foi contextualizada no discurso oficial da última reforma educacional, inscrita na Medida Provisória (MP) nº 746/2016 (BRASIL, 2016), convertida na Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017). O recorte temporal deu-se no período de 1996 a 2017, justificado pela aprovação e publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) e seus desdobramentos até a última reforma educacional regulamentada em 2017. Com a aprovação e publicação da LDB de 1996, constituiu um marco histórico para a Educação Física Escolar (EFE), quando deixou de ser apenas uma “aptidão física”, conforme Soares (2017), e passou a ser reconhecida como componente curricular.

A base teórica adotou conceitos inscritos na perspectiva foucaultiana, sobre o discurso: “discurso é uma representação cultural construído pela realidade” (FOUCAULT, 2008, p. 82). E “[...] não é uma simples referência a “coisas”, há um sentido além, da utilização de palavras e frases, não pode ser entendido apenas como um fenômeno de visibilidade” (FOUCAULT, 1986, p. 135). Em discursos e reforma educacional utilizamos Fischer (2001) e Popkewitz (1997); em história das disciplinas escolares dialogamos com Chervel (1990) pesquisadores da área da EFE, como Tabora de Oliveira (2001), Betti (2011), Galvão (2005) e outros; para entender a construção de conceitos e definições de “disciplina escolar” e as propostas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017 à disciplina EF no EM.

2 Metodologia e resultados da pesquisa

A metodologia pautou-se na revisão bibliográfica, realizada em três bancos de dados *online*: a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), a Scientific Electronic Library Online (SciELO) e repositório da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Nas buscas das duas primeiras plataformas foram definidos três Descritores (D): D1- Reforma Educacional *and* “Educação Física”, D2- Reforma do Ensino Médio *and* “Educação Física” e D3- “Disciplina de Educação Física no Ensino Médio” e recorte temporal de 2007 a 2017. No repositório da UFGD foram definidos dois Descritores (D): D1- Lei nº 13.415/2017 *and* “Educação Física” e D2 - Reforma educacional *and* “Educação Física” e recorte temporal de 2016 a 2019. Então, foi construído um mapa de teses, dissertações e artigos encontrados e selecionados, facilitando a leitura do material e a construção de tabelas e quadros. Além das produções acadêmicas, foi utilizado como fonte, algumas leis e regulamentos, que contextualizaram os diferentes discursos oficiais e científicos. Os resultados obtidos na plataforma da BDTD e da SciELO foram apresentados na Tabela 1.

Tabela 1. Produções disponíveis e selecionadas nas plataformas BDTD e SciELO

Descritores	BDTD		SciELO	
	Produções Encontradas	Produções Selecionadas	Produções Encontradas	Produções Selecionadas
D1 - Reforma Educacional <i>and</i> "Educação Física"	21	12	2	2
D2 - Reforma do Ensino Médio <i>and</i> "Educação Física"	9	2	1	1
D3 - “Disciplina de Educação Física no Ensino Médio”	50	1	4	1
Total	80	15	7	4

Fonte: Teles e Ziliani (2019, p. 227).

Houve variações nos resultados de trabalhos encontrados e selecionados na área da EF. Na BDTD o total de produções encontradas foi de 80, e selecionadas 15. Na SciELO a soma de valores dos trabalhos encontrados foi de 7 e selecionados 4, ao todo foram 19 selecionados. O intuito inicial foi de averiguar como a disciplina EF no EM vinha sendo afetada nas últimas reformas educacionais; na formação e prática pedagógica dos profissionais. Conforme o número reduzido de produções selecionadas na BDTD e SciELO, foi necessário alargar a pesquisa ao terceiro repositório, da UFGD, pois a instituição oferece o curso de licenciatura em EF. No repositório da UFGD foi definido dois Descritores (D): D1- Lei nº 13.415/2017 *and* “Educação Física” e D2 - Reforma educacional *and* “Educação Física”, e recorte temporal de 2017 a 2019 no “assunto” relacionou o termo “educação física”. Com os resultados, construiu-se outro mapa, apresentado na Tabela 2.

Tabela 2. Produções encontradas e selecionadas no repositório da UFGD

Descritores	UFGD	
	Produções encontradas	Produções selecionadas
D1- Lei nº 13.415/2017 <i>and</i> “Educação Física”	18	4
D2- Reforma educacional <i>and</i> “Educação Física”	10	1
Total	23	5

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Houve resultados em diversas áreas da educação, mas ao fazer a relação com o termo “educação física” houve diminuição no quantitativo de trabalhos, sendo localizados 28 e selecionados 5. Na leitura foi observada a preocupação com a valorização dos profissionais da educação e as políticas governamentais, que não promovem a continuidade de programas educacionais.

Nos estudos selecionados nos três bancos de dados, localizamos pesquisas como a dissertação de Vieira (2016) disponível na BDTD, que se preocupou com a “Formação docente”. A temática trata dos saberes docentes, socialização profissional, a implantação e atuação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) nas licenciaturas. A pesquisa parte da hipótese de que a socialização profissional promovida pelo PIBID permite uma vivência antecipada do repertório de conhecimentos profissionais e do conteúdo pedagógico da atuação, constituindo conhecimentos prévios da prática docente na identificação da profissão. A pesquisa foi realizada com oito bolsistas das disciplinas de EF, Geografia, Física e Sociologia em uma escola pública estadual de EM na cidade de João Pessoa. O resultado apontou que a experiência está diretamente relacionada à vivência no âmbito escolar, conhecendo as responsabilidades escolares reais.

Sobre a “Reforma Curricular” destacou-se no artigo de Girotto (2019), disponível na SciELO, uma análise da proposta da BNCC aprovada em 2017. Já que a mesma não busca problematizar e enfrentar a desigualdade educacional brasileira e não discute as condições materiais das redes de ensino no país. Segundo autor há elementos que poderiam contribuir para tal problematização; o debate sobre o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi), presente no PNE (2014-2024), que deveria estar na proposição de mudança curricular, mas a gestão da política educacional segmenta tal assunto. Uma vez com tal aprovação nos termos propostos, acarretaria também na precarização das condições de trabalho e da formação docente. Dando sequência na desigualdade desenfreada com a Nova Gestão Pública na educação, afetando o processo de ensino-aprendizagem.

No repositório da UFGD um dos trabalhos selecionados, voltou-se para “Reforma Curricular” na dissertação de Triches (2018). Que analisou o processo de formulação da BNCC e as concepções em disputa sobre o processo alfabetizador da criança. No período de 2015 a 2017, considerando o período de construção do Documento e anúncio pelo MEC como uma política curricular, visando melhorar a qualidade da Educação Básica brasileira. Mas no processo de formulação, foi evidenciado divergências de concepções, enquanto um grupo considerava melhoria na qualidade da educação, outros compreendiam como uma política pública de viés vertical. No entanto, a BNCC integrou as reformas educativas de viés neoliberal que têm sido pensadas globalmente desde 1990, tendo a meta de melhorar as economias nacionais a partir da escolarização e trabalho. Porém, destina uma redução do tempo à alfabetização, nos três primeiros anos do Ensino Fundamental. E mesmo com críticas da comunidade acadêmica, o documento foi aprovado no final de 2017, desconsiderando as normas trazidas pelas DCNs.

3 Conclusão

Buscamos compreender como a disciplina EF no EM, segundo as reformas educacionais de 1996 e 2017, vinha sendo produzida nos discursos científicos. Com a revisão nas bibliotecas digitais: BDTD, SciELO e UFGD. Evidenciaram-se com o mapeamento, diferentes temáticas sobre a disciplina EF: formação docente, currículo, reformas educacionais e sua implicação na teoria e prática pedagógica, contribuindo assim para o estudo. E considerando os trâmites recentes, no caso da reforma de 2017, a produção bibliográfica já se faz presente no repositório bibliográfico online, com a preocupação dos pesquisadores da área de EF e demais áreas com a reforma, indicando uma implantação de

políticas educacionais que pode interferir negativamente tanto nas instituições, quanto na formação e prática dos profissionais.

Palavras-chave: Educação Física Escolar. Revisão da Literatura. Lei nº 13.415/2017.

Referências

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Documento homologado pela Portaria nº 1.570, publicada no **D.O.U.** de 21/12/2017, Seção 1, p. 146. Disponível em:

<<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>> Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 29 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Brasília, DF. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm> Acesso em: 29 jun. 2019.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016 (2016).** Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1494234> Acesso em: 29 jun. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber.** Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

GIROTTTO, Eduardo Donizeti. **Pode a política pública mentir? A base nacional comum curricular e a disputa da qualidade educacional.** Educ. Soc. vol.40. Campinas, 2019.

Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302019000100803&lang=pt> Acesso em: 15 ago. 2020.

SOARES, Fernando Augusto Generino. **A Contrarreforma do Ensino Médio do Governo Michel Temer: a reorganização do projeto neoliberal e a desconstrução da educação física escolar.** 2017. 190f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em:

<<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/12639/1/Arquivototal.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2019.

TELES, Juslei Teixeira; ZILIANI, Rosemeire de Lourdes Monteiro. **A Disciplina Educação Física no Ensino Médio Segundo as Reformas Educacionais: as produções disponíveis na BDTD e na SciELO (2007-2017).** Perspectiva em Diálogo: v. 7, n. 12 (especial). Naviraí. 2019. Disponível em: <<https://desafioonline.ufms.br/index.php/persdia/article/view/9127>> Acesso em: 15 ago. 2020.

TRICHES, Eliane de Fátima. **A Formulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e concepções em disputa sobre o processo alfabetizador da criança (2015-2017).** 2018. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018. Disponível em:

<<http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1115>> Acesso em: 15 ago. 2020.

VIEIRA, Emannuella Santana. **A socialização profissional no programa de iniciação à docência: o processo de aquisição de um repertório de conhecimentos profissionais.**

2016. 106f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Recife, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25526>> Acesso em: 15

